

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Araucária Saneamento S.A.  
Campos do Jordão - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Araucária Saneamento S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araucária Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

## Reconhecimento da receita de locação de ativos

---

A Sociedade mantém o montante de R\$ 129.971 registrados como contas a receber de locação de ativos, em 31 de dezembro de 2018, relacionados ao Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 que tem como objeto à locação de ativos, precedida da concessão do direito real de uso das áreas e da execução das obras. Os valores do contas a receber de locação de ativos possuem expectativas de recuperação ao longo do respectivo Termo de Contrato, baseada na remuneração do valor do montante periódico líquido (VML) recebido do poder concedente (SABESP) até o término do contrato, descontados a valor presente pela taxa de retorno do investimento. Devido ao contas a receber de locação de ativos serem amortizados pela contraprestação recebida (VML) ao longo do termo de contrato, a Administração da Sociedade avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável (impairment) desses ativos, e adicionalmente opta por divulgar sua análise do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

## Resposta da auditoria sobre o assunto

---

Nosso enfoque de auditoria consistiu em obtenção de conhecimento sobre fluxos de negócios e de aspectos contratuais, incluindo controles exercidos. Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o Departamento Operacional da Sociedade, além da sua Área Financeira-Contábil, para entender situações de possíveis riscos relacionados ao Termo de Contrato; (ii) obtenção de opinião do Departamento Jurídico da Sociedade acerca de identificar eventuais litígios em disputa relacionada ao Termo de Contrato entre a Sociedade e o poder concedente; (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Sociedade com o objetivo de se identificar problemas relacionados a continuidade do Termo de Contrato; (iv) revisão do modelo financeiro de fluxo de caixa das contraprestações a receber (VML) até o final do Contrato, descontado, pela taxa de retorno do investimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do referido modelo e as principais premissas utilizadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.




Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 19 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 029356/O-1

  
Estefan George Haddad  
Contador CRC 1 DF-008320/O-5 - S - SP

# ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.570	8.459	Fornecedores		17	-
Contas a receber	5	3.399	3.362	Empréstimos e financiamentos	6	15.659	15.642
Contas a receber locação de ativos	5	21.092	20.641	Obrigações sociais		-	17
Outros créditos		21	23	Obrigações fiscais		225	347
		<u>34.082</u>	<u>32.485</u>	Contas a pagar - partes relacionadas	7	12	18
				Dividendos a pagar	8	1.397	1.276
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber locação de ativos	5	108.879	111.584	Outras contas a pagar		<u>18</u>	<u>102</u>
Depósitos judiciais - trabalhistas		36	18			<u>17.328</u>	<u>17.402</u>
Intangível		6	6				
		<u>108.921</u>	<u>111.608</u>	Empréstimos e financiamentos	6	87.038	91.956
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	9.629	7.246
				Outras contas a pagar		<u>1.010</u>	<u>1.011</u>
						<u>97.677</u>	<u>100.213</u>
				Patrimônio líquido	8		
				Capital social		17.800	17.800
				Reservas de lucros		<u>10.198</u>	<u>8.678</u>
						<u>27.998</u>	<u>26.478</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>143.003</u></u>	<u><u>144.093</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>143.003</u></u>	<u><u>144.093</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	9	20.661	20.715
Custo dos serviços prestados	10	(206)	(243)
Lucro bruto		20.455	20.472
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	10	475	516
		475	516
Lucro operacional antes do resultado financeiro		20.930	20.988
Resultado financeiro	11		
Receitas financeiras		572	771
Despesas financeiras		(9.383)	(10.409)
		(8.811)	(9.638)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.119	11.350
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	12	(2.324)	(2.066)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	12	(3.911)	(3.912)
		(6.235)	(5.978)
Lucro líquido do exercício		5.884	5.372
Lucro líquido por ação - básico e diluído	13	0,331	0,302

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	<u>5.884</u>	<u>5.372</u>
Resultados abrangentes	<u><u>5.884</u></u>	<u><u>5.372</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	17.800	300	4.282	-	22.382
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.372	5.372
Reserva legal	-	269	-	(269)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.276)	(1.276)
Transferência para reserva de lucros	-	-	3.827	(3.827)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17.800	569	8.109	-	26.478
Ajuste na adoção do CPC-48/IFRS-9	-	-	(2.967)	-	(2.967)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.884	5.884
Reserva legal	-	294	-	(294)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.397)	(1.397)
Transferência para reserva de lucros	-	-	4.193	(4.193)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.800	863	9.335	-	27.998

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.884	5.372
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	3.911	5.978
Contas a receber - locação de ativo	(22.539)	(22.567)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	4.495	-
Juros sobre empréstimos	9.225	10.251
Amortização de custos para emissão das debêntures	152	152
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	(37)	(114)
Contas a receber locação de ativos	15.803	20.027
Partes relacionadas	(6)	-
Outros créditos	(18)	(39)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores e partes relacionadas	17	(23)
Obrigações sociais	(17)	-
Obrigações fiscais	2.203	197
Outras contas a pagar	(84)	(109)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.324)	(2.066)
Juros pagos	(9.301)	(10.251)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>7.364</u>	<u>6.808</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.276)	(1.427)
Pagamento de principal	(4.977)	(4.644)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>(6.253)</u>	<u>(6.071)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.111</u>	<u>737</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	8.459	7.722
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	9.570	8.459
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.111</u>	<u>737</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Araucária Saneamento S.A. (Sociedade), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Araucária Saneamento S.A. foi integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumiu toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses.

O valor estimado do contrato é de R\$ 266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$ 1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (VML), na data de referência dos preços de 1º de março de 2010.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados.

A primeira etapa do contrato referiu-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração de aproximadamente 30 meses e não foi objeto de remuneração a qualquer título.

A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, que está em curso, contempla a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML.

O valor estimado para conclusão da obra foi de R\$ 106.000, conforme contrato entre a Araucária Saneamento S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

Ao término da operação assistida, em outubro de 2015, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão à SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Sociedade e a SABESP e emitido em abril de 2014. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Sociedade foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada à SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil;
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Sociedade passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato.

## 2. Base de preparação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

## 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

## 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

### Determinação das receitas e custos de construção e locação de ativos

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção com base no modelo econômico do contrato.

Na primeira etapa do contrato, que compreende a construção das obras, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Na segunda etapa do contrato, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos será reconhecida a atualização do ativo financeiro e da locação de ativos registrado a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

### 3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

##### i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão.

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização e referem-se substancialmente aos serviços de tratamento de esgoto. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

c. Ativo financeiro da concessão

A Sociedade reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.



Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;  
A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 15.

## 3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

## 3.3. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e os custos de construção são reconhecidos pelo valor justo de acordo com o percentual de execução das obras contratadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4.

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o período de competência.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a operação de locação de ativo da Sociedade é caracterizada como uma operação de venda financiada e, para retratar essa nova operação, as seguintes práticas contábeis foram adotadas:

- (a) Reconhecimento contábil da venda do ativo no resultado no exercício de 2015, com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida com as contas a receber de cliente (circulante e não circulante) e do custo pelo valor contábil do investimento.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

#### 3.4. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e debêntures.

#### 3.5. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### i. Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### ii. Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

### 3.6. Debêntures

Debêntures mantidas até o vencimento são passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### 3.7. Mudanças nas principais práticas contábeis

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram as demonstrações contábeis da Sociedade. O efeito da aplicação inicial dessas normas está descrito abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Administração avaliou os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, não identificou impactos relevantes em suas operações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, temos os seguintes comentários:

a. Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Sociedade relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. Para uma explicação de como a Sociedade classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota explicativa nº 3.1.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Sociedade em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

IAS 39 / CPC 38	IFRS 9 / CPC 48
VJR (mantido para venda)	VJR (residual)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mantido até o vencimento	VJORA para dívidas
Disponível para venda (residual)	VJORA para instrumento de patrimônio

b. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A Administração da Sociedade optou por avaliar as estimativas de perdas de créditos esperadas ao longo da vida determinada pelo Termo de Contrato, citado em Nota Explicativa nº 1, relacionado ao contas a receber de locação de ativos. O estudo considerou os fluxos de caixas devidos à Sociedade, de acordo com o Termo de Contrato, e mensurou a perda esperada de acordo com: (i) a análise de default histórico (perdas incorridas); (ii) risco da região dos ativos financeiros; e (iii) curva de spreads de crédito.

A partir deste estudo foram gerados fatores de perdas estimadas aplicados sobre os montantes do contas a receber de locação de ativos que geraram as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (impairment), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5.

A adoção desta nova norma gerou os seguintes impactos no patrimônio líquido da Sociedade:

	Impacto da adoção do CPC- 48 (IFRS 9)
Aumento nas perdas estimadas com contas a receber de locação de ativos	4.495
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(1.528)
Impacto em 01 de janeiro de 2018	<u>2.967</u>

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC-48 / IFRS 9, foram aplicadas retrospectivamente, exceto pelas situações descritas a seguir:

A Sociedade aproveitou a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de créditos esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros, resultantes da adoção do CPC-48 / IFRS-9, foram reconhecidas na reserva de lucros, classificada no patrimônio líquido, em 1º de janeiro de 2018.

Para outros ativos financeiros não foram identificados impactos relevantes. Os ativos são analisados individualmente pela Sociedade de acordo com as informações disponíveis para mensuração, e são realizadas avaliações dos efeitos de perdas de crédito esperadas.

### 3.8. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

#### (i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

#### (ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- - Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2018	2017
Caixa e bancos	20	9
Aplicações financeiras	9.550	8.450
Total	<u>9.570</u>	<u>8.459</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a 92% a 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2018.

5. Contas a receber

Representados por:

	2018	2017
Contas a receber (a)	3.399	3.362
Total	<u>3.399</u>	<u>3.362</u>
Contas a receber - locação de ativo		
	2018	2017
Contas a receber (a)	266.876	266.876
Recebimentos	(88.875)	(68.578)
Ajuste a valor presente	(114.578)	(122.092)
Ajuste pela taxa de retorno (b)	71.043	56.019
Impairment - locação de ativos	(4.495)	-
Total	<u>129.971</u>	<u>132.225</u>
Ativo circulante	21.092	20.641
Ativo não circulante	108.879	111.584
Total	<u>129.971</u>	<u>132.225</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- (a) Representa valores a receber da SABESP referente à locação de ativos da estação de tratamento de esgoto em Campos do Jordão;
- (b) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 17,05% ao ano, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

O prazo médio das contas a receber, referidas no item (a) é de 35 dias. Em 31 de dezembro de 2018 não havia saldos vencidos registrados nas contas a receber. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Sociedade não constituiu provisão para perdas.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em:	<u>2018</u>
2019	21.092
2020	21.939
2021	22.798
Após 2021	<u>64.142</u>
Total	<u>129.971</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.7, em 1º de janeiro de 2018, com a adoção ao CPC 48 (IFRS 9), a Administração da Sociedade revisou o seu modelo de redução ao valor recuperável de seu ativo financeiro e considerou um aumento significativo e tornou mais voláteis, assim, fazendo-se necessário o reconhecimento retrospectivo de ajuste de impairment no montante de R\$ 4.495 mil.

## 6. Debêntures privadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativos a debêntures, estavam representados por:

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	2018		2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Carteira Administrada de Saneamento do FGTS	TR + 9% a.a.	01/03/2030	15.811	88.581	15.794	93.651
(-) Custos de emissão			(152)	(1.543)	(152)	(1.695)
			<u>15.659</u>	<u>87.038</u>	<u>15.642</u>	<u>91.956</u>

Em 15 de fevereiro de 2012, a Sociedade firmou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie com Garantia Real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como Agente Fiduciário e Representante dos Debenturistas no montante de R\$ 95.500.

Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R\$ 10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado acima. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 07 de março de 2012.

O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da taxa referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano (spread).

A amortização das debêntures será realizada mensalmente, no 1º dia de cada mês calendário, a partir do primeiro dia do 34º (trigésimo quarto) mês calendário contado da data de emissão e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º (ducentésimo décimo sexto) mês-calendário contado da data de emissão.

A primeira parcela da amortização das debêntures foi paga em 29 de dezembro de 2014.

Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2018 o saldo totalizava R\$ 1.695, sendo, R\$ 152 no circulante e R\$ 1.543 no não circulante.

Os custos de transação são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc.

#### Garantias

As debêntures são garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Sociedade de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital;
- (ii) Os acionistas da Sociedade empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Sociedade e todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro;
- (iii) A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04 do Código Civil, todos os Direitos Creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela Sabesp e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela Sabesp, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na Cláusula nº 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na Conta "Recebíveis", inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária;
- (iv) A Araucária a partir de 1º de dezembro de 2014 está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na Conta corrente de sua titularidade nº 0495-4, agência 3097, junto à Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e as amortizações de principal das Debêntures, devido nos 3 (três) meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada acima foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável aos Debenturistas.

A Araucária Saneamento S.A possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionados à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura (covenants financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas restritivas (covenants) vigentes relativas ao contrato de financiamento.

## ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 7. Contas a pagar com partes relacionadas

Representado por:

	2018	2017
GS Inima Brasil Ltda.	<u>12</u>	<u>18</u>
Contas a pagar - partes relacionadas	<u>12</u>	<u>18</u>

### 8. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do capital social integralizado é de R\$ 17.800 e está representado por 17.800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias	Participação (%)
GS Inima Brasil Ltda.	9.078.000	51
CESBE Participações S.A.	5.340.000	30
Construtora Elevação Ltda.	<u>3.382.000</u>	<u>19</u>
	<u>17.800.000</u>	<u>100</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 1.397, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

## ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	5.884
Lucro líquido após ajustes	5.884
Reserva legal de 5% do lucro	(294)
Base de cálculo	<u>5.590</u>
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
Dividendos propostos	<u>1.397</u>

A composição dos dividendos a pagar, está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>
GS Inima Brasil Ltda.	713
CESBE Participações S.A.	419
Construtora Elevação Ltda.	<u>265</u>
Dividendos a pagar	<u>1.397</u>

### 9. Receita Líquida

São representadas por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita líquida	20.661	20.715

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de locação de ativo	22.538	22.567
PIS	(335)	(330)
COFINS	<u>(1.542)</u>	<u>(1.522)</u>
Receita líquida	<u>20.661</u>	<u>20.715</u>

### 10. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos		
Outros custos operacionais	<u>206</u>	<u>243</u>
Total de custos	<u>206</u>	<u>243</u>

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas		
Crédito de PIS/ COFINS não cumulativos	(821)	(810)
Outras despesas	346	294
Total de despesas	<u>(475)</u>	<u>(516)</u>

11. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	572	768
Variação monetária ativa	-	3
Total receitas financeiras	<u>572</u>	<u>771</u>
Despesas financeiras:		
Juros pagos ou incorridos	(9.199)	(10.252)
Despesas bancárias	(6)	(5)
Despesas com financiamento	(152)	(152)
PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(26)	-
Total despesas financeiras	<u>(9.383)</u>	<u>(10.409)</u>
Resultado financeiro	<u>(8.811)</u>	<u>(9.638)</u>

12. Imposto de renda e contribuição social

12.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante estão representados por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo diferido:		
Prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa	5.525	8.485
Impairment - locação de ativos	4.495	-
Passivo diferido:		
Ajustes referentes as diferenças entre práticas contábeis fiscais e societárias (a)	(38.341)	(29.797)
Base de cálculo	<u>(28.321)</u>	<u>(21.312)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(9.629)</u>	<u>(7.246)</u>

(a) Referem-se aos ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionadas ao reconhecimento do ativo financeiro, conforme Lei nº 11.638/2007.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

	2018	2017
Exercício a findar em 2034	(9.629)	(7.246)
Total	<u>(9.629)</u>	<u>(7.246)</u>

### 12.2.Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.119	11.350
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(4.121)	(3.859)
Ajuste para a alíquota vigente	(2.114)	(2.119)
Outros ajustes	(2.114)	(2.119)
Imposto de renda e contribuição social contabilizados	<u>(6.235)</u>	<u>(5.978)</u>
Receita de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(2.324)	(2.066)
Diferidos	(3.911)	(3.912)
Total	<u>(6.235)</u>	<u>(5.978)</u>

### 13. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	2018	2017
Básico		
Lucro líquido do exercício	5.884	5.372
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	17.800	17.800
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,331</u>	<u>0,302</u>
Diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	5.884	5.372
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	17.800	17.800
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,331</u>	<u>0,302</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

14. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

15. Instrumentos financeiros

15.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

15.2. Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes.

15.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

15.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.



16. Cobertura de seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o Contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Sociedade.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos operacionais	50.000

17. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes as demonstrações contábeis que necessitem ser divulgados.

18. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 19 de fevereiro de 2019.